

Pedro Barreiros: “Não queremos uma queda do Governo que nos obrigue a reiniciar todo o processo”

[.E jornaleconomico.sapo.pt/noticias/pedro-barreiros-nao-queremos-uma-queda-do-governo-que-nos-obrigue-a-reiniciar-todo-o-processo/](https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/pedro-barreiros-nao-queremos-uma-queda-do-governo-que-nos-obrigue-a-reiniciar-todo-o-processo/)

3 de maio de 2024

Educação, Política, Sociedade, Sociedade

O secretário geral da FNE, maior estrutura sindical de professores afeta à UGT, saudou a proposta do ministro Fernando Alexandre de que a recuperação do tempo de serviço congelado se iniciará em 2024 e ficará concluída até ao final da Legislatura, salientando a urgência em assinar o acordo e que este seja vertido para Decreto-Lei. Mas adiantou “querer mais” do que os 20% ao ano propostos.



Foto FNE



Almerinda Romeira
3 Maio 2024, 14h33

Pedro Barreiros, secretário-geral da FNE, afirmou esta sexta-feira à saída da primeira reunião negocial da Federação Nacional da Educação com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação: “A satisfação só acontecerá quando foi concretizado e vertido num Decreto-Lei, porque já estamos cansados de durante muitos anos sucessivos andarmos de promessa em promessa sem obtenção de resultados. Quando for publicado o Decreto-Lei, aí podemos dizer que conseguimos!”, afirmou. Nesta altura, acrescentou, “ainda estamos numa fase negocial e de construção e onde obviamente vamos querer o mais possível”.

O Governo pôs esta sexta-feira sobre a mesa uma proposta com o início da recuperação a 1 de setembro. A proposta do Governo vai de encontro às duas principais reivindicações dos professores: que a recuperação se inicie ainda em 2024 e que fique concluída no final da Legislatura.

A FNE tem vindo a apontar aos 30% como primeira tranche para a recuperação dos seis anos, seis meses e 23 dias de tempo de serviços dos professores ainda congelados. A outra exigência da maior estrutura sindical de professores afeta à UGT, é que a recuperação de todo o tempo deve ocorrer até ao final da legislatura.

“Não nos contentamos com os 20% que são apresentados pelo Governo, queremos mais. Achamos que é possível dar mais. É o processo negocial que vai conduzir todo o processo no sentido de podermos chegar a bom porto”, adiantou Pedro Barreiros.

Lembrou que os sindicatos – a FNE representa 10 – não estão distraídos, sabendo que o Governo está seguro por arames e que se algo de mau lhe acontece, seria mau para os professores. “Não queremos que chegados a este ponto haja uma queda do Governo que nos obrigue a reiniciar todo o processo e se perca mais tempo. Já chega de tempo perdido. Importa resolver a questão o mais o mais depressa possível”.

Para os dias 13 e 21 de Maio, a FNE tem agendadas novas reuniões no Ministério da Educação, Ciência e Inovação. “Com mais ou menos aproximação, importa é que no dia 21 possa estar concluído para ser publicado o Decreto-Lei, para que os professores possam finalmente usufruir já de uma parte do tempo que tiveram congelado”, salientou.

Nesta reunião, a FNE entregou ainda em mão ao MECI, dois ofícios a solicitar reuniões para tratamento em separado de matérias relativas ao Ensino Superior e ao Pessoal de Apoio Educativo.

A FENPROF foi a primeira estrutura a reunir esta manhã com o Ministério da Educação.